EDUCAÇÃO

POLÍTICA

ENGEFORM

CARTILHA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA

EMBAIXADORES DA DEMOCRACIA

Em parceria com

VOTO CONSCIENTE

Sumário

1 A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS NA POLÍTICA 4
1.1 Ações de Educação Política da Engeform 5

2 DEMOCRACIA 7

3 COMO A POLÍTICA AFETA A NOSSA VIDA 9
3.1 A política em nossa vida 10
3.2 Cidadãos e sociedade civil organizada 12
3.3 Diálogo na política 12

4 CIDADANIA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES FUNDAMENTAIS 13
4.1 Conceito de cidadania 13
4.2 Ser cidadão 14
4.3 O exercício da cidadania 15
4.4 Maneiras de exercer nossa cidadania além de votar 15

5 AS ELEIÇÕES E O VOTO 17

6 MITOS E VERDADES DO PROCESSO ELEITORAL 19
6.1 Qual a diferença entre o voto branco e o voto nulo? 20
6.2 Se mais de 50% dos eleitores votarem nulo a eleição será anulada? 20
6.3 O voto branco é direcionado para o candidato que está na frente? 20
6.4 O candidato mais votado sempre é eleito? 20
6.4.1 Sistema majoritário 20
6.4.2 Sistema proporcional 21
6.5 Se eu justificar meu voto por 3 vezes meu título será cancelado? 22
6.6 O eleitor pode comparecer para votar com a camiseta de seu partido? 22
6.7 Os candidatos e partidos conseguem saber em qual candidato o eleitor votou? 23
6.8 Como são criadas as notícias falsas? 23

7 SEGUNDOS PARA VOTAR, ANOS PARA ACOMPANHAR! 24
7.1 Começando pelo seu bairro e pela sua cidade 24
7.2 Ampliando o horizonte 24
7.3 As redes sociais e os aplicativos 25

CONCLUSÃO 27

1 A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS NA POLÍTICA

Nós da ENGEFORM temos a firme convicção de que promover a educação política suprapartidária e incentivar ações individuais ou coletivas de participação direta ou indireta na política é uma responsabilidade inerente à empresa e aos seus líderes. Orientados por essa convicção, desenvolvemos o nosso Programa de Educação e Participação Política, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento da consciência política de cada membro de nosso time, para que possam fazer a sua parte na sociedade.

A política pode ser compreendida, conforme nos ensinou o filósofo grego Aristóteles, como o instrumento capaz de gerar a busca pela felicidade coletiva. A política é intrínseca à vida em sociedade, está na base do convívio social, e a participação política é a única forma de resolver conflitos e desenvolver a consciência cidadã. Somente a participação política é capaz de criar as condições para a elaboração de leis mais justas, equilibrar direitos e deveres, conciliar diferentes costumes e práticas culturais e abrir espaço para o diálogo que busque identificar e superar problemas fundamentais a serem enfrentados por todos nós diante de tantas ideias disruptivas trazidas pelos novos tempos.

A consciência política, que vai sendo desenvolvida em paralelo à participação política, promove o equilíbrio social por meio da argumentação e do embate de ideias, que nos separam do solo puramente animal, aquele em que prevalece o instinto de sobrevivência.

Viver em sociedade e transformá-la, portanto, pressupõem ação política. Contudo, a participação política consciente, baseada na luta por melhores condições de vida para todos, depende do desenvolvimento de autonomia, consciência e senso crítico, que levam a pessoa ao engajamento nos processos decisórios da sua comunidade.

É justamente nesse sentido que as empresas podem atuar. Elas têm um papel social importante de incentivar os seus colaboradores a dialogarem sobre o que desejam para as suas vidas dentro da coletividade, o que naturalmente aumenta o engajamento político na sociedade.

As pessoas têm uma relação próxima com o seu ambiente de trabalho, uma vez que passam grande parte de seu tempo nele. Essa relação, o convívio com as pessoas e a prática de valores comuns desenvolvem no colaborador uma confiança maior em seus parceiros de trabalho e gestores do que nos políticos e administradores públicos. Se considerarmos que o número de pessoas que trabalham em empresas privadas no Brasil está próximo dos 34 milhões, a Educação Política nesse ambiente atingiria um número elevado de pessoas, e esse número seria ainda maior se considerássemos os familiares desses trabalhadores.

Não há dúvidas de que a verdadeira revolução na cidadania só virá por

meio de processos educacionais. Afinal, a educação, embora seja direito de todos, dever do Estado e da família, conforme está escrito na Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Art. 205, deve ser promovida e incentivada por toda a sociedade, sempre com o objetivo de preparar o indivíduo para a cidadania e trabalho. Logo, apoiar ações que visam ao aprimoramento da cidadania é responsabilidade de todos nós!

Dessa forma, é uma obrigação das empresas desenvolver, além das suas atividades produtivas, atividades educativas. É preciso contribuir com isso para a construção de um mundo mais justo, solidário e menos desigual em que todos possam viver com dignidade.

1.1 Ações de Educação Política da Engeform

A fim de promover a formação e a participação política de seu time, a Engeform iniciou, em 2018, um trabalho de educação e participação política, tendo como principal parceiro o Movimento Voto Consciente (MVC), organização não governamental que desenvolve projetos de conscientização cidadã há mais de três décadas com a finalidade de colaborar de forma ativa para a melhoria da participação política na sociedade, considerando tanto a escolha dos candidatos quanto o acompanhamento do trabalho dos políticos.

Realizamos, em parceria com professores do MVC, palestras em todos os nossos canteiros de obras espalhados por vários estados do Brasil. Atingimos com essa ação aproximadamente 2.500 colaboradores dire-

Aula do professor Bruno Silva, na Matriz da Engeform - Foto tirada antes da pandemia.

tamente. O objetivo inicial foi oferecer subsídios aos colaboradores para que eles conseguissem votar de forma mais qualificada nas eleições para o Executivo e o Legislativo de 2018, além de incentivar a reflexão sobre os principais problemas públicos a serem enfrentados pelos governos seguintes e despertar a consciência de como podemos ajudar a sociedade, na condição de cidadãos, a superar esses problemas.

Em 2019, visando aprofundar a formação política e aumentar o engajamento político na empresa, a Engeform criou um grupo com 26 colaboradores voluntários chamado "Embaixadores da Democracia", composto por profissionais com potencial multiplicador de boas ações cidadãs, e ofereceu a esses colaboradores um curso de Educação e Participação Política, concluído em 2020, ministrado pelos professores Bruno Silva e Humberto Dantas do MVC. Esse curso preparou os Embaixadores para a participação política e para o trabalho de difusão do aprendizado a todo o time Engeform.

Fruto da atuação desse grupo, em 2020, foi criada a página Educação Política Engeform no Instagram, a qual apresenta diversos conteúdos educativos, que podem ser acessados por todo e qualquer cidadão que queira se informar e interagir com a Engeform. Dentre os conteúdos veiculados pela página, destacamos a competição saudável entre os embaixadores feita por meio de vídeos de educação política para incentivar a reflexão política qualificada no ambiente virtual das redes sociais – dominado, por vezes, pela intolerância e aversão ao diálogo construtivo.

A fim de dar mais um passo importante no compromisso com a educação, participação política e formação cidadã, e também para servir de base do trabalho de disseminação dos Embaixadores por toda a empresa, a Engeform apresenta a todos a presente Cartilha de Educação Política, material produzido coletivamente pelos

Página no Instagram:
@educacaopoliticaengeform

Embaixadores da Democracia. Com linguagem simples e didática, são apresentados temas importantes a respeito da realidade política em que estamos inseridos. O objetivo é mostrar que você, caro leitor e cidadão, não é apenas "mais um na multidão", mas o condutor da sua vida e do destino da sua comunidade.

Portanto, sua voz, participação e compromisso com a democracia são de valor inestimável para o futuro de nosso país. Pense nisso! Como também nos ensinou outro importante filósofo da Antiguidade, Platão: "o preço que os homens de bem pagam pela indiferença aos assuntos políticos é ser governado pelos maus".

A nossa iniciativa em oferecer um espaço e um material educativo sobre política se fundamenta no maior valor da sociedade moderna: a democracia. É fundamental, na atualidade, a manutenção e ampliação do Estado democrático de direito inclusivo e participativo. Esse é o único caminho para garantir os direitos fundamentais do ser humano e reduzir as desigualdades tão presentes em nosso país.

2 DEMOCRACIA

Ao falarmos em política, antes de a definirmos, é importante demarcarmos uma posição fundamental. Trata-se da defesa da democracia. Embora a política seja uma das atividades mais antigas da humanidade, ela nem sempre foi realizada da forma como estamos habituados nos dias de hoje: baseada na possibilidade de falarmos o que pensamos, escolhermos nossos representantes políticos mediante o voto, manifestarmos nossos desejos relacionados à esfera pública e convivermos com pensamentos e visões de mundo distintos dos nossos.

O desafio de conviver com a diferença está posto desde a Antiguidade Clássica, precisamente na antiga Atenas, quando os gregos

Aula de Educação Política no canteiro da obra do Hospital Emílio Ribas - Foto tirada antes da pandemia.

inventaram uma forma de organizar a vida em sociedade baseada no desejo dos cidadãos. À época, a democracia era compreendida como um regime político no qual homens livres e reconhecidos como iguais perante a lei poderiam decidir a respeito do futuro da sua vida em comunidade de forma direta, reunindo-se em praça pública (ágora).

Acompanhamos, ao longo dos anos, a ampliação desse espaço de deliberação e a introdução da lógica de representação política moderna nas sociedades que trouxeram a democracia como referência para a organização da vida política, sobretudo a partir do caso inglês do século XVIII até chegarmos às democracias recém-construídas na África, por exemplo.

No entanto, o desafio permanece o mesmo, desde a experiência democrática clássica aos dias atuais: conviver com a multiplicidade de visões em sociedade. É importante compreendermos que a democracia não é um regime político perfeito, mas é a única forma que encontramos, ao longo da história da humanidade, de criarmos mecanismos para influenciarmos as decisões públicas e sermos corresponsáveis pelo que acontece nos campos econômico, social, cultural etc. É apenas por meio da democracia que conseguimos escolher quem desejamos ver à frente do Poder Público e que podemos ser escolhidos. Trata-se, portanto, de um regime político difícil de ser operacionalizado e mantido, porém é o que nos garante as liberdades fundamentais

Aula de Educação Política no canteiro da obra do Hospital Sírio-Libanês (DF) - Foto tirada antes da pandemia.

secularmente defendidas pela humanidade e a possibilidade de sermos senhores do nosso próprio destino. Valorizar e lutar pela preservação da democracia, tanto como método de escolha, quanto como cultura política alicerçada em valores como a tolerância e o respeito à diferença, é reconhecer o quão maduros somos politicamente. Viva a democracia!

3 COMO A POLÍTICA AFETA A NOSSA VIDA

É comum as pessoas afirmarem que não gostam de política, que é só corrupção ou, quando vista de maneira mais otimista, que ela se resume ao ato de votar, direito que possuímos de escolher nossos representantes políticos em um regime democrático. Mas será que política está relacionada apenas a isso?

Embora tenha múltiplos sentidos, de maneira geral, política é a atividade humana de elaborar diretrizes e tomar decisões coletivas com o objetivo de organizar a vida em sociedade. Essa palavra também se refere a tudo que está vinculado ao Estado, ao governo e à Administração Pública, cujo objetivo é promover o bem-estar dos cidadãos. Muitas pessoas não têm consciência de que a política influencia diretamente as suas vidas, pois a vivenciamos a todo momento, e dar a ela a devida atenção também é uma forma de cuidar de nós mesmos e do outro.

DDS sobre Educação Política realizado em canteiro de obra da Engeform

Olhe agora por uma janela que lhe possibilite ver vias públicas e faça uma rápida reflexão: tudo ali fora tem ou não tem a ver com política? Talvez você tenha dificuldade em materializar o que foi perguntado, mas não deixe o pensamento escapar. Dedique-se mais um pouco. Vamos lá. Observe bem. Se estiver em um local que tenha fluxo intenso

de veículos, pode ser que esteja olhando para um congestionamento. Pense: isso tem ou não tem a ver com política? Agora, olhe para as árvores da rua. Como elas estão? Podadas? Bem tratadas? Ou estão com as raízes expostas nas calçadas, oferecendo perigo para quem caminha por ali? Pergunte para si mesmo: isso tem ou não tem a ver com política? Depois, volte o olhar para os postes. Qual a sua aparência? As fiações estão bem organizadas? As luzes estão em perfeito estado? Novamente, questione-se: isso tem ou não tem a ver com política?

Muitas pessoas passam a vida acreditando que política é algo distante, que está circunscrita ao que ocorre na praça dos Três Poderes, em Brasília. Mais do que isso, por vezes associam política apenas ao que os políticos fazem e, ao partirem dessa compreensão, simplesmente desperdiçam a possibilidade de olhar de um jeito diferente para o espaço no qual vivem. Embora estejamos em pleno alvorecer do século XXI, lidando com gigantescos desafios coletivos relacionados à pandemia da covid-19 e ainda nos deparando com os limites dos avanços tecnológicos, precisamos sanar problemas datados ainda do século XIX ou mesmo de períodos anteriores, como a falta de acesso à água e a esgoto tratado por amplas parcelas da população.

Em poucas palavras: todos estamos envolvidos com a política. Não existe outra opção, pois a política é um condicionante da vida como a conhecemos. A grande pergunta a que devemos responder – e arcar com os custos da nossa resposta – é a seguinte: decidirei me envolver e participar ativamente das decisões e da construção de um país melhor ou ficarei reclamando pelas redes sociais, nos encontros familiares ou com os amigos? Não precisa responder agora. Continue lendo para aprofundar a reflexão.

3.1 A política em nossa vida

Se você realmente acha que não tem nenhuma ligação com a política ou que as decisões tomadas por políticos pouco afetam a sua vida, convidamos você a refletir sobre alguns pontos simples, embora importantes.

Ao irmos trabalhar ou estudar, geralmente necessitamos de transporte público. Quem contrata e regulamenta os serviços de transporte da sua cidade é a prefeitura. No entanto, a prefeitura não faz isso com recursos que caem do céu. São os impostos que pagamos que formam o chamado "orçamento público", que abrange a arrecadação prevista de uma cidade, os investimentos necessários e as despesas. Pagamos impostos sobre tudo que consumimos, desde o pãozinho que compramos na padaria até a luz que utilizamos em nossas residências. Isso não é assim apenas aqui no Brasil, mas no mundo todo. É com esses recursos que o Estado financia políticas e serviços públicos, como o transporte

público. Mas avancemos um pouco mais.

Para oferecer educação de qualidade aos nossos filhos, necessitamos de creches e escolas públicas. As prefeituras têm a obrigação de investir 25% do orçamento público em educação. Por sinal, você sabia que, no Brasil, mais de 70% das matrículas na educação infantil (creche) estão na rede municipal de ensino? De acordo com dados apresentados pelo Censo Escolar de 2019, isso significa dizer que cerca de 6 milhões de crianças dependem, diretamente, das decisões políticas de prefeitos e vereadores dos 5.568 municípios do país que possuem tais representantes. Mas não para por aí, não.

Quando necessitamos de auxílio à saúde, como hospitais ou postos de saúde, também são necessários recursos públicos para nosso atendimento. Nos municípios, 15% do orçamento deve ser investido na área de saúde. Esse investimento é direcionado a cobrir gastos com atendimento médico, exames, distribuição de medicamentos etc. Você sabia que 7 em cada 10 brasileiros dependem exclusivamente do SUS (Sistema Único de Saúde) e que o Brasil é o único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes que oferece um sistema público (financiado pelo Estado) de caráter universal (para todos) e gratuito para toda a população?

Aula de Educação Política na obra do consórcio UNC Consolação - Foto tirada antes da pandemia.

Perceba: a política está presente diariamente em nossas vidas. Por mais que acreditemos que existam motivos suficientes para nos distanciarmos dela, a realidade bate à nossa porta e nos mostra que é preciso estarmos atentos ao que acontece ao nosso redor. Talvez você tenha chegado até aqui se indagando: mas como eu, um simples cidadão, tenho a capacidade de influenciar a política?

3.2 Cidadãos e sociedade civil organizada

Primeiro, é preciso ficar claro que a política não é privilégio dos governantes eleitos. Ela compreende a participação de cada cidadão individualmente e da sociedade civil organizada, por meio das associações de bairro, empresariais e profissionais, instituições de caridade e religiosas, organizações não governamentais, sindicatos, movimentos sociais, entre outros, em assuntos relacionados aos mais diversos temas que envolvem a sociedade como um todo. As ações desses grupos visam a interesses, propósitos e valores coletivos, não pessoais.

Essas entidades independentes, que representam os diversos atores que constituem uma sociedade, fiscalizam as ações das lideranças políticas com o objetivo de coibir práticas ilícitas, mitigando os efeitos nocivos da carência de direitos fundamentais.

Essas organizações são vitais para a democracia, pois constroem confiança e valores compartilhados, os quais são transferidos para a esfera política e ajudam a manter a sociedade unida na defesa e garantia dos direitos e combate à desigualdade.

3.3 Diálogo na política

A política enquanto ferramenta de transformação social tem como um de seus pilares a importância do diálogo entre os cidadãos, atitude às vezes cara demais nos dias de hoje, pois, muitas vezes, as diferenças entre os indivíduos se sobressaem aos problemas que lhes são comuns. Em tempos de redes sociais e polarizações políticas, o diálogo tornou-se cada vez mais distante, mas essa não é uma verdade absoluta.

Precisamos enfatizar que todo cidadão é político, já que a política está presente em toda sociedade. Logo, todo e qualquer cidadão, fazendo parte de uma sociedade, independentemente da sua idade, condição social, religião e gênero, possui obrigações e direitos.

A despeito de diferenças pessoais, a política foi e é o instrumento para garantir certos valores fundamentais, como a liberdade, sendo o diálogo a única forma de buscarmos o bem comum, mesmo havendo essas diferenças. É da nossa natureza sermos diferentes uns dos outros, e isso não pode ser um problema. O diálogo é o recurso que utilizamos para encontrar as soluções mais adequadas para as complexidades sociais. No diálogo, é necessário argumentar considerando a realidade e a problematização social contextualizadas.

No fim, é possível ver que temos mais convergências do que divergências quando olhamos para o coletivo. Essas divergências são naturais e necessárias, mas não podem prejudicar as decisões coletivas. A sociedade não é e nunca foi simplista, como as redes sociais muitas vezes retratam, polarizando opiniões. Isso é superficial. Para exempli-

ficar a complexidade da sociedade e ilustrar a ação política, perguntamos: quem é contra o fim da fome? Provavelmente todos, mas o ponto é: como combatê-la? A resposta passa pela instrumentalização da política associada ao diálogo para discutirmos formas de combater a fome, independentemente de posição política: esquerda, direita ou centro.

No final das contas, algo muito fundamental nos une, expresso em nossa Constituição: o fato de todos nós sermos cidadãos.

4 CIDADANIA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES FUNDAMENTAIS

4.1 Conceito de cidadania

A cidadania, em um Estado democrático de direito como o Brasil, é o conjunto de direitos e obrigações dos cidadãos, sempre considerando o coletivo acima do particular. Em benefício da coletividade e da convivência pacífica em sociedade, muitas vezes os cidadãos renunciam vontades individuais. Cidadania, portanto, também está relacionada à ideia de pertencimento a uma comunidade política.

Na Antiguidade, eram os habitantes naturais de cada localidade, os cidadãos, que definiam o rumo e as diretrizes das cidades. Os habitantes chamados estrangeiros não tinham esse direito. Hoje, cidadania está também relacionada à nacionalidade do indivíduo, abrangendo a legalidade da sua permanência em um país. Essas são as cidadanias nacionais, como cidadania brasileira, cidadania portuguesa e assim por diante.

Aula de educação política em canteiro da Engeform, com o professor Humberto Dantas

O Direito também é um campo de conhecimento que trata de assuntos relacionados à cidadania. Há uma série de legislações voltadas para os direitos e deveres dos cidadãos.

Dentre os deveres, destacamos:

- Votar, cumprir as leis, pagar impostos, proteger o meio ambiente e todo o patrimônio público e social, respeitar os direitos de outras pessoas, educar e proteger seus semelhantes e contribuir com as autoridades.

Dentre os direitos, destacamos:

- Saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, lazer, acesso direto ao Poder Judiciário, alimentação, segurança, voto direto e secreto e a possibilidade de se candidatar a algum cargo público.

A democracia ainda é a forma mais humanitária de lidar com as diferenças de pensamentos, visões de mundo e crenças. Reafirmar a democracia, participar dos debates públicos e exercer o pensamento crítico são formas de exercer a cidadania.

4.2 Ser cidadão

Por definição, cidadão é o indivíduo que vive em uma cidade, a qual, por sua vez, é o aglomerado de cidadãos. Quando falamos em cidade, muitas vezes pensamos em um local definido por fronteiras, com instituições públicas, bairros, secretarias etc. Porém, a cidade não é definida por um espaço físico, mas pelos seus cidadãos. Isso deixa claro que o papel dos cidadãos é fundamental para a solução de problemas. Nesse raciocínio, podemos então definir cidadão como o indivíduo que atua, de forma direta ou indireta, em fatos de ordem pública.

Imaginemos uma rua muito comprida com muitas casas e pouca iluminação. Não levará muito tempo para que este local se torne alvo de assaltantes, correto? Agora, imaginemos que os moradores decidam instalar refletores acionados por sensor de presença em todos os portões e criem uma rede social para se comunicarem. Podemos agora aceitar a ideia de que esta rua tenha se tornado mais segura? Repare que a rua e os moradores continuam iguais; o que mudou foi o compromisso tanto individual como coletivo.

Isso não significa que devemos eximir as prefeituras da responsabilidade de cumprir o seu papel público de proteger o cidadão, entre muitos outros, mas, quando elas não respondem rapidamente às necessidades, os cidadãos podem agir, quando possível, para sanar o problema. Para facilitar a iniciativa, podem se associar a alguma associação coletiva que tenha um interesse em comum. Dessa forma é mais fácil atingir o desenvolvimento esperado pelos cidadãos de determinada região.

4.3 O exercício da cidadania

Se nos perguntarmos como anda a nossa cidadania, qual seria a resposta? Não é uma resposta simples de elaborar, porque depende do nosso conhecimento do conceito de cidadania, o qual, por sua vez, abrange características sociais e coletivas. Movimentos sociais, associações estudantis, associações de bairro, conselhos profissionais, grupos de discussão na internet, grupos de aplicativos de mensagens, ambientes públicos de discussão: diversos são os espaços que nos oferecem a possibilidade de praticar a cidadania ativa e de participar de questões democráticas importantes. No entanto, a pergunta continua no ar: como anda a nossa (sua) cidadania?

Sabemos que ser cidadão vai além de votar e acompanhar os candidatos eleitos. Sabemos também que a cidadania deve ser exercida por cada um dos cidadãos de determinada sociedade e que ela transcende as prerrogativas legais que a constituem e avança sobre questões morais e éticas de difícil consenso. Por isso, é difícil dar uma resposta precisa. Porém, há indicativos de como anda a nossa cidadania. Podemos observar como estamos participando da sociedade civil, considerando manifestações públicas, intervenções artísticas, proposições de leis, participação em audiências públicas, entre outros eventos com aspecto político.

Outro ponto importante a ser destacado é a forma que participamos. Precisamos de conhecimento para participar de forma consciente de qualquer tipo de movimento que tenha caráter político. Passar da cidadania passiva para a cidadania ativa pode ser desastroso, se fundamentarmos nossas reivindicações em informações enganosas sobre fatos presentes e passados e se não considerarmos instituições que produzem dados confiáveis. O conhecimento nos leva a uma reflexão mais profunda e torna mais fácil o diálogo, fundamental para a construção de uma sociedade melhor. Muitas pessoas têm confundido cidadania com intolerância social e têm dificultado o diálogo. Isso precisa mudar.

4.4 Maneiras de exercer nossa cidadania além de votar

Votar não é a única maneira de exercer nossa cidadania, embora essa ideia possa estar presente na sociedade. Atuar politicamente e exercer a cidadania é mais do que isso.

Existem inúmeras formas de participar politicamente da sociedade, não só candidatando-se, participando de um partido ou exercendo a função de político. Existem outras maneiras, que podem não ser tão evidentes em um primeiro olhar.

Aqui vão 10 dicas de como participar ativamente da política e exercer sua cidadania:
1- Engajar-se em causas sociais;
2- Criar sua própria campanha em sites como Avaaz e Change.org ;
3- Cobrar promessas públicas;
4- Monitorar vereadores e senadores para acompanhar o trabalho que desenvolvem;
5- Enviar opiniões, críticas e sugestões pelos canais de ouvidorias públicas;
6- Acessar o Portal da Transparência do Ministério da Transparência para fiscalizar a aplicação de recursos públicos;
7- Criar e estimular ações, buscando participar das decisões públicas;
8 - Exigir o cumprimento de serviços prestados pelos órgãos públicos;
9- Participar dos diversos conselhos existentes nas cidades (conselhos estudantis, conselho de administração do seu condomínio, entre outros), incluindo os conselhos municipais, com um olhar para temas como saúde, transporte, educação, entre outros;
10- Participar compartilhando conteúdos e incentivando o interesse em política, pois ser um cidadão é entender e fomentar a discussão política saudável, respeitando as diferenças de opinião.

As formas de participação cidadã são inúmeras. O mais importante, no entanto, é sempre pensar e atuar em prol do coletivo. Isso é cidadania!

Essa é a hora de nos unirmos, de aproximar cada vez mais o cidadão da gestão pública e, principalmente, de fazermos a nossa parte.

Aula de Vladimir Safatle na Matriz da Engeform - Foto tirada antes da pandemia.

5 AS ELEIÇÕES E O VOTO

Vamos tentar compreender nesta seção a importância das eleições e do voto como instrumentos fundamentais da democracia.

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito, no qual "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente" (Art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988).

O exercício da democracia em qualquer país do mundo tem no sistema eleitoral o seu instrumento mais importante e fundamental. É por meio do voto que todos os cidadãos podem exercer seu poder de escolha e eleger seus representantes, nos quais depositam sua confiança esperando que atendam às suas expectativas e atuem em linha com as propostas que fizeram quando eram candidatos.

Aula de educação política no canteiro da obra do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (RS)
Foto tirada antes da pandemia.

As eleições são um momento único no país, mais importante que qualquer outro evento, pois as escolhas que fazemos nas urnas determinam o futuro das cidades, dos estados e do país. Precisamos ter a consciência de que, nesse momento, escolhemos os nossos governantes e saber que os partidos políticos aos quais são afiliados participam ativamente do mandato com seus membros partidários e os mandatários, eleitos ou não.

Em cada eleição, renovam-se as expectativas de mudanças no ce-

nário político que possam refletir em melhorias sociais, econômicas e ambientais no Brasil. Muitos eleitores, entretanto, não acreditam ser possível alterar a perspectiva futura do país por meio do voto e insistem na ideia de que os problemas da nossa sociedade sempre serão inerentes à política brasileira.

Precisamos entender, contudo, que os políticos e seus partidos são diferentes e defendem interesses distintos, às vezes específicos de determinados grupos ou extratos da sociedade. Todavia, existem candidatos e partidos políticos realmente comprometidos em promover o desenvolvimento do país de forma correta, transparente e honesta, sem que haja qualquer proveito próprio ou benefício pessoal. Por isso, devemos buscar conhecer não somente as propostas do candidato e do seu partido, mas também o passado deles.

No contexto atual, em que o volume de informações que recebemos é enorme, precisamos ter a capacidade de separar não somente as verdades das mentiras, mas também fatos e notícias isentas daquelas tendenciosas ou distorcidas. Fatos e notícias isentas não apresentam interpretações, que com frequência são marcadas por parcialidade e/ou julgamentos equivocados, além do risco de serem notícias falsas. Existem sites dedicados a verificar se determinada notícia é verdadeira ou falsa (*fake news*) . Não existe uma forma específica de identificar uma notícia falsa sem checar sua veracidade, mas elas tendem a afetar o emocional do leitor. Ainda assim, essa não é uma regra. Caso você leia uma notícia com aspecto sensacionalista, desconfie. Somente bem informados os cidadãos poderão eleger políticos que consigam transformar este país numa nação rica e próspera.

Cada voto consciente, baseado em pesquisa sobre os candidatos e partidos, faz diferença porque reflete o interesse individual do cidadão, que, somado ao de muitos outros, pode promover uma mu-

Aula de educação política no canteiro da obra da Adutora Caieiras (SP) - Foto tirada antes da pandemia.

dança. É importante lembrar que o direito ao voto é uma conquista relativamente recente de que todo cidadão deve ter orgulho, porque nem sempre foi assim. Houve momentos em nossa história de grandes restrições ao direito de participação popular no processo de escolha dos governantes: as mulheres, os negros e os índios não tinham direito de votar; o voto era definido pela renda (voto censitário – direito apenas dos ricos); e, ainda, controlado por coronéis (voto de cabresto). Naqueles tempos, os poucos que podiam votar decidiam por todos quem seriam os representantes do povo no Poder Público. No entanto, esses representantes defendiam primeiro os desejos de quem lhes havia colocado no poder para depois olhar para o restante da população. As mulheres conquistaram o direito de votar apenas em 1932, e somente as casadas que tivessem autorização do marido e as viúvas e solteiras com renda própria. Foi só em 1946 que o voto se tornou obrigatório para elas.

Felizmente, essa época acabou e hoje qualquer cidadão brasileiro acima de 16 anos pode participar do processo eleitoral. Desse modo, no atual contexto político e social do Brasil, os dias destinados à realização das eleições representam um dos raros momentos em que todos se igualam, pois não há diferença de raça, etnia, gênero, condição financeira, religião, classe ou grupo social na consideração do valor do voto dado por cada cidadão. Portanto, devemos nos dedicar a exercer o nosso poder do voto com qualidade, pois ele é a melhor ferramenta para que a democracia funcione bem e que os representantes eleitos possam efetivamente estar comprometidos com os anseios da sociedade.

6 MITOS E VERDADES DO PROCESSO ELEITORAL

As eleições presidenciais de 2018 sofreram inegável influência das redes sociais. Segundo o relatório *Reuters Institute Digital News Report 2019*, o WhatsApp se tornou a principal rede social de discussão e troca de notícias no país, uma vez que 53% daqueles que responderam à pesquisa declararam utilizar o aplicativo como fonte de informação. Como se sabe, os usuários desses aplicativos participam de grupos com muitos participantes, inclusive desconhecidos, facilitando a distribuição em massa de informações sem fonte confiável.

Por outro lado, segundo o mesmo relatório, o nível de confiança do brasileiro nos canais de jornalismo da mídia tradicional é de 48%. Há muitas análises que podem ser feitas considerando esses números.

É vital que as informações corretas sejam disseminadas ao grande público, que acaba sendo “desinformado” pelas redes sociais. Dentre as dúvidas mais comuns, destacamos as seguintes, que são frequentemente alvos de informações distorcidas nas redes:

6.1 Qual a diferença entre o voto branco e o voto nulo?

Trata-se de uma diferença procedimental. O voto branco representa a ausência de escolha do eleitor por um candidato. O eleitor aperta a tecla "Branco" e confirma o voto. Já o voto nulo representa a escolha de um número de candidato que não existe. Exemplos: 00 ou 99. Tanto o voto branco como o nulo são inválidos, portanto não são considerados para efeitos de elegibilidade dos candidatos. Para efeitos de resultado eleitoral, nenhum dos dois afeta a contagem de votos. Quanto maior for o número de votos nulos e brancos, mais podemos dizer que os eleitores que estão definindo as eleições são aqueles que, efetivamente, escolheram um candidato.

6.2 Se mais de 50% dos eleitores votarem nulo a eleição será anulada?

Não. O pleito só pode ser anulado se a Justiça Eleitoral apurar que houve algum tipo de fato ilícito no processo eleitoral. Isso pode acontecer se, por exemplo, o candidato vencedor for cassado por crime eleitoral.

6.3 O voto branco é direcionado para o candidato que está na frente?

Não. Ocorre que até 1998 os votos brancos nas eleições proporcionais (vereadores e deputados) entravam no cálculo do Quociente Eleitoral (QE). No entanto, nas eleições posteriores, essa regra deixou de valer e, portanto, conforme explicado anteriormente, os votos brancos são considerados inválidos e descartados no cômputo final.

6.4 O candidato mais votado sempre é eleito?

Nem sempre. É preciso entendermos algumas diferenças básicas entre os sistemas eleitorais (regras que convertem votos em mandatos) que possuímos. O sistema eleitoral nada mais é do que regras para votação e contabilização de votos. No Brasil, as eleições realizam-se por meio de dois sistemas: o majoritário, em que o resultado expressa o desejo da maioria, e o proporcional de lista aberta, em que o resultado está vinculado ao desempenho dos partidos políticos e à capacidade de estes representarem diferentes interesses.

6.4.1 Sistema majoritário

O sistema majoritário elege os cargos de senadores (Poder Legislativo), prefeitos, governadores e presidente (Poder Executivo). Nesse sistema, o candidato mais votado é eleito. Os governadores, prefeitos e o presidente da República são eleitos quando obtêm a metade mais um dos votos válidos, não entrando nessa conta os votos brancos e nulos. Para o Senado Federal, elegemos 81 senadores, que serão representantes dos estados. São três senadores para cada estado.

No entanto, há exigências diferentes de quantidades de votos para que essa vitória aconteça. Existem dois tipos de maiorias a serem considerados: a maioria simples e a maioria absoluta. A maioria simples é utilizada na eleição de prefeitos e vices em cidades com menos de 200 mil eleitores e na eleição dos senadores. De maneira simples, o candidato que fica em primeiro lugar na disputa é quem acaba sagrando-se vencedor, independentemente de quantos votos a mais tenha obtido em relação ao segundo colocado. Nessa regra, basta o primeiro turno das eleições para sabermos quem são os vencedores. Já a maioria absoluta é a exigência prevista na lei eleitoral para identificar o vencedor nas eleições de prefeitos e vices em cidades com mais de 200 mil eleitores, governadores e vices, além do presidente e vice. Nesse caso, um candidato, para ser vencedor, precisa obter 50% dos votos válidos mais 1. Ou seja, se no primeiro turno nenhum dos candidatos atingir esse critério, é necessário convocar os dois candidatos mais votados para a realização de um segundo turno. Nesse caso, vence quem obtiver a votação mencionada (50% dos votos válidos mais 1). Perceba que a regra é "50% dos votos válidos", portanto excluem-se votos brancos e nulos.

DDS sobre educação política no canteiro da obra do Hospital Municipal de Vila Brasilândia.

6.4.2 Sistema Proporcional

O sistema proporcional elege candidatos para todos os cargos do Poder Legislativo, com exceção de senador, portanto é empregado na eleição de deputados federais e distritais, deputados estaduais e vereadores. Esse sistema leva em consideração os votos de todos os can-

didatos de um determinado partido. Por mais que, tradicionalmente, "votemos em candidatos e não em partidos", na prática não é bem assim que a contabilização dos votos no sistema proporcional ocorre. Afinal de contas, para conseguir uma cadeira no Poder Legislativo, seja nas câmaras municipais (vereadores), seja nas assembleias legislativas (deputados estaduais), seja na Câmara dos Deputados (deputados federais), o partido ao qual o candidato está filiado precisa atingir um número mínimo de votos, chamado de Quociente Eleitoral (QE), que é determinado com base na quantidade de votos válidos.

O QE é obtido a partir da divisão do total de votos válidos pela quantidade de cadeiras em disputa. Exemplo: se em uma cidade qualquer o QE nas eleições para a câmara municipal for de 1000 votos, cada um dos partidos que apresentou a sua lista de candidatos precisa obter, no mínimo, 1000 votos para ter direito a 1 cadeira no Legislativo Municipal. Cada vez que o partido (soma dos votos de todos os seus candidatos nas eleições) atinge o valor do QE, ele ganha mais uma cadeira. Nesse caso, se o partido "A" conquistar 2.000 votos, terá direito a 2 cadeiras; se o partido "B" conseguir 3.000 votos, terá direito a 3 cadeiras e assim por diante. Se, depois de distribuídas as cadeiras para os partidos, restar alguma não preenchida, é aplicada nova distribuição das cadeiras com base nas maiores médias de votação obtidas pelos partidos naquela eleição. É o chamado cálculo das sobras ou método das maiores médias. Portanto, nas eleições proporcionais, os candidatos buscam ser bem votados para ficarem nas primeiras posições das listas partidárias. Assim têm mais chances de conquistar essa cadeira. No entanto, ao mesmo tempo, dependem que os outros candidatos do partido, coletivamente, consigam ter um bom número de votos para elevar as chances de o partido ultrapassar várias vezes o QE.

6.5 Se eu justificar meu voto por 3 vezes meu título será cancelado?

A justificativa do voto não deve ser praticada por mera comodidade, mas pela impossibilidade de comparecimento. Ela pode ser realizada no município no qual você estiver em trânsito ou diretamente no cartório eleitoral da sua cidade. O eleitor poderá justificar até mesmo pelo aplicativo "E-Título" do TSE. Se o eleitor não justificar ou a justificativa for indeferida, ele deverá pagar a multa eleitoral. O título só será cancelado se o eleitor não votar, não justificar e não pagar a multa por 3 eleições seguidas, considerando que cada turno é considerado uma eleição.

6.6 O eleitor pode comparecer para votar com a camiseta de seu partido?

Sim. O eleitor pode manifestar de maneira silenciosa sua preferência partidária com camisetas, adesivos, bandeiras e bótons, desde que não agrida ou cause tumulto.

6.7 Os candidatos e partidos conseguem saber em qual candidato o eleitor votou?

Não. Nossa Constituição nos garante a liberdade do voto secreto, e a Justiça Eleitoral tem se esforçado para tornar o processo eleitoral cada vez mais transparente e confiável, tanto é que as urnas eletrônicas utilizadas no Brasil para as eleições são muito seguras e passam por sucessivos testes de segurança antes das eleições. Em todo caso, se ainda tiver dúvidas sobre o processo eleitoral, visite o site do Tribunal Superior Eleitoral.

Não se esqueça de sempre buscar informações em sites oficiais e nunca repassar informações sem checar sua veracidade. As consequências de repassar uma notícia falsa são graves e muitas vezes irreparáveis. Hoje, existem inúmeros meios para confirmar se uma notícia é verdadeira. A democracia do nosso país agradece.

6.8 Como são criadas as notícias falsas?

A ideia de divulgar notícias falsas ou que não correspondem totalmente à verdade sobre alguém ou algum acontecimento para conseguir benefício próprio é antiga. No entanto, nunca houve ferramentas tão eficientes para fazer a disseminação dessas notícias como há hoje. A internet e a globalização criaram as condições para que tivéssemos o acesso instantâneo a notícias do mundo todo, mas essa facilidade também está ao alcance de pessoas que buscam benefícios próprios divulgando notícias falsas.

É importante diferenciar uma notícia falsa de um erro. Um erro é cometido sem intenção e não tem um objetivo. Já uma notícia falsa é construída pensando em um resultado específico: a manipulação de pessoas. Por isso ela é tão presente no meio político. Nesse contexto, ela pode determinar o resultado de uma eleição, por exemplo, e definir, portanto, o que os cidadãos de um país vão viver durante os anos seguintes.

Para atingir um número maior de pessoas, esses grupos que produzem notícias falsas agem pelas redes sociais, por e-mail, aplicativos de mensagens e por qualquer outro veículo de grande alcance. Existem facções políticas que produzem notícias falsas com aparência de notícias divulgadas por veículos reconhecidos; elaboram textos tendenciosos e assinam com nomes de personalidades conhecidas da sociedade para lhes conferir autoridade; utilizam vídeos e imagens em contextos diferentes para difamar pessoas; editam e divulgam vídeos e imagens para determinado fim; criam contas em redes sociais para disseminar notícias e depois cancelam as contas.

Existem diversas formas de produzir notícias falsas, e novas ideias sempre vão surgir, por isso o mais importante é saber se defender dessas tentativas de manipulação elaboradas cuidadosamente por pessoas mal-intencionadas.

7 SEGUNDOS PARA VOTAR, ANOS PARA ACOMPANHAR

Como vimos até aqui, a cada dois anos vamos às urnas para eleger representantes municipais, estaduais e federais. Em ano eleitoral, nos esforçamos para conhecer os candidatos que receberão nossos votos. Mas e depois que a palavra "FIM" aparece na urna, como desempenhar o nosso papel de cidadão?

Tendemos a pensar que a nossa responsabilidade se encerra nas eleições e que dali em diante tudo estará apenas a cargo dos candidatos eleitos. Esperamos que eles "coloquem a mão na massa" para desenvolver ações, elaborar leis e propor políticas públicas eficientes que façam nosso voto ter valido a pena. Contudo, nem sempre isso acontece, portanto não podemos deixar de acompanhar o que está sendo feito nem esquecer o que já foi feito. Mais do que votar de maneira consciente, precisamos romper essa barreira e criar o hábito de acompanhar e cobrar nossos governantes.

Agora você deve estar se perguntando: como fazer isso?

Nós vamos ajudar você! Listamos abaixo algumas dicas e canais de comunicação que permitem aos cidadãos fazerem o acompanhamento dos políticos.

7.1 Começando pelo seu bairro e pela sua cidade

a. Associações de Bairro: a associação do seu bairro é um meio acessível para a participação política e amplifica a voz do bairro, chamando a atenção de vereadores, deputados e prefeitos. A cidade de São Paulo possui mais de 3 mil Associações de Moradores. Encontre a sua.

b. Sites da prefeitura e da câmara de vereadores: são os canais mais eficientes de comunicação entre os órgãos municipais e os cidadãos. No site da câmara de vereadores, por exemplo, geralmente é possível conferir uma prévia da agenda da semana, encontrar o e-mail do seu vereador, checar a pauta e, muitas vezes, assistir às sessões ao vivo.

7.2 Ampliando o horizonte

a. Site da Transparência Brasil: espaço em que os cidadãos podem buscar dados públicos para consulta. Dentre os diversos projetos, vale destacar o "Achados e Pedidos", repositório de todos os pedidos realizados de acordo com a lei de acesso à informação, e o "Obra Transparente", que, com o apoio de Observatórios Sociais, faz o acompanhamento de obras e licitações.

b. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar: união de 900 entidades sindicais para acompanhar as Câmaras dos Deputados e o Senado Federal. Entre outros projetos, realiza uma eleição anual dos 100 parlamentares mais influentes.

c. Sites oficiais (Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa e Senado): disponibilizam informações de diversas naturezas, como as agendas, discursos, posições em votações e projetos apresentados. A página do Senado conta ainda com a aba "e-Cidadania", que permite a participação do cidadão nos projetos de leis, debates e até em propostas de novas leis.

7.3 As redes sociais e os aplicativos

a. Redes Sociais: as redes sociais democratizaram a comunicação em diversas esferas e se tornaram excelentes canais de relacionamento e monitoramento dos políticos. Você já segue seus representantes?

b. Aplicativo Meu Deputado: permite o acompanhamento da atuação dos deputados e da presença deles nas sessões, além de disponibilizar informações sobre os gastos individuais e por região. O app está disponível para download nas lojas Apple Store e Google Play.

c. Aplicativo Poder do Voto: possibilita o acompanhamento dos temas que estão em votação e permite ao usuário dar sua opinião sobre o assunto. Também demonstra como os políticos votaram em diversas pautas. O app está disponível para download nas lojas Apple Store e Google Play.

d. Aplicativo Eu, Eleitor: resolve um dos problemas mais comuns dos eleitores: esquecer em quem votou. No aplicativo, é possível cadastrar suas escolhas e monitorar a atividade dos políticos eleitos.

Os políticos estão cada vez mais atentos às vozes populares, que ganharam amplitude no mundo digital. Como você pôde conferir, além de sites e canais tradicionais, as redes sociais e aplicativos são grandes aliados no acompanhamento de nossos governantes e nos permitem interagir com eles.

E a sua participação política pode ir além. Envie e-mails, mensagens, directs ou use qualquer outro meio de comunicação para que suas cobranças, sugestões e opiniões cheguem aos órgãos de acompanhamento. Muitos políticos fomentam a interação em suas páginas.

Citamos apenas alguns meios de monitoramento. Existem muitas outras páginas, portais e aplicativos de associações que oferecem informações de qualidade. Todos os mecanismos são importantes para exercermos nossos papéis de cidadãos ativos e conscientes. Graças à tecnologia, vivemos hoje no mundo da democracia participativa. Estamos cada vez mais próximos de nossos representantes e de suas ações. Vamos aproveitar e fazer valer a nossa voz!

CONCLUSÃO

Todo o trabalho educativo desenvolvido pela Engeform que culminou na elaboração desta cartilha teve um propósito: incentivar a participação política dos colaboradores da empresa. Esse foi o maior objetivo de toda essa jornada que envolveu muitas pessoas, não apenas os Embaixadores da Democracia.

Para que esse objetivo seja plenamente atingido, ajude a disseminar esta cartilha. A sua atuação pode fazer a diferença na vida das pessoas e auxiliá-las em seu crescimento e amadurecimento em assuntos relacionados à política, que é um aspecto fundamental da vida em sociedade. Não guarde esse conhecimento para si. Divulgue-o para todos e assim teremos pessoas mais envolvidas em assuntos coletivos.

Discuta, ouça, reflita, mude, pesquise, desconfie, aprofunde e seja o responsável pelas suas próprias atitudes e posicionamentos, sempre tendo como referência os valores humanos e democráticos. Só assim caminharemos em direção a uma sociedade mais justa para todos.

EDUCAÇÃO POLÍTICA

ENGEFORM

VOTO CONSCIENTE

ENGEFORM

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA – 2021